

ATRASADOS DE PSSS NO TRT-SC: NOVA TENTATIVA DE COBRANÇA, AGORA PELA RECEITA

Está em curso nova tentativa de cobrança dos valores de PSSS não descontados sobre gratificação natalina e outros, entre 1999 e 2004. Quase vinte anos depois, a Procuradoria da Fazenda começou a enviar correspondência aos servidores mais antigos do TRT-SC. Informa sobre a “inscrição em dívida ativa” e solicita o pagamento de uma DARF pelo valor integral.

O Sintrajusc desde logo orienta a categoria para que não efetue o pagamento da DARF e que procure a Assessoria Jurídica do Sindicato assim que receber a correspondência.

De acordo com nossa Assessoria Jurídica, a cobrança já está coberta pela prescrição e os valores não poderão ser objeto de execução por parte da Fazenda. O Sintrajusc continuará atuando na defesa dos interesses de todos, dando seguimento a estratégia formulada e divulgada ao longo dos últimos anos, em diversas reuniões com a presença do Jurídico.

Neste sentido, nesta quinta-feira, 8 de fevereiro, no auditório do TRT-SC, às 17h15, haverá reunião sobre o assunto com a presença do advogado Pedro Pita Machado, assessor jurídico, para tratar do tema e atualizar as iniciativas de enfrentamento.

Compareça!

LEMBRANDO O CASO:

Em 12.1999 o Sintrajusc entrou com mandado de segurança coletivo contra a ampliação da base de

cálculo do PSSS. A liminar foi deferida e o TRT deixou de descontar o PSSS sobre o 13º, adicional de tempo de serviço, terço de férias e outras verbas.

Em 06.2002, o TRT julgou extinto o MS, tornando prejudicada a liminar. Ao julgar embargos declaratórios, em 05.2004, o Tribunal retificou a conclusão e denegou a segurança.

Em 08.2007 o TRT tentou obter a reposição dos valores diretamente dos vencimentos dos servidores. Através de ação ordinária, o Sindicato anulou o ato que mandava descontar, sendo garantido direito de defesa e o contraditório na via administrativa.

Em 10.2014 o TRT abriu os processos administrativos. Alguns servidores preferiram pagar parceladamente. A maioria, porém, seguiu a orientação do Sindicato, apresentando defesa administrativa e ajuizando ação com nossa Assessoria, em que foi reconhecida a inviabilidade da cobrança administrativa. A Justiça entendeu que, por se tratar de Tributo, a exigência teria que ser feita através do Fisco.

Em 01/2018 a Fazenda Nacional passa a notificar os interessados sobre a inscrição em dívida ativa e pede o pagamento. O prazo legal para a Fazenda agir, porém, era de cinco anos, contados do momento em que o tributo se tornou exigível. Isto é, cinco anos após a cassação da liminar do mandado de segurança, em 06.2012 ou, quando muito, em 05.2004.

Assembleia dia 15 discute mobilização contra reforma da Previdência

O Sintrajusc tem Assembleia no dia 15 de fevereiro, quinta-feira, às 13 horas, no prédio das Varas do Trabalho (av. Beira-mar Norte) em Florianópolis, SC, para discutir a mobilização contra a reforma da Previdência e o indicativo de Greve no dia 19 de fevereiro, convocada pelas Centrais Sindicais e sindicatos.

O deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da reforma da Previdência na Câmara, concedeu uma entrevista coletiva nessa segunda-feira, 5, na qual deixou em aberto a possibilidade de mais atrasos na tramitação da reforma que pode acabar com o direito à aposentadoria de milhões de brasileiros. Enquanto há poucos dias o governo falava em votar a reforma em 19 de fevereiro, agora Arthur Maia diz acreditar que a proposta será colocada em pauta neste dia, mas deverá ir à votação apenas na semana seguinte, a última de fevereiro.

Maia informou que está negociando com as lideranças dos partidos maneiras de mexer na proposta para obter os votos necessários à aprovação. Porém, deixou claro que há mudanças inegociáveis, especialmente as que afetam os servidores públicos. Para o deputado, os servido-

res têm "privilégios que precisam ser extintos". Por outro lado, o relator afirmou que as formas de transição são negociáveis, assim como diversos outros pontos da reforma, desde que isso tenha como consequência o aumento dos votos. Por isso, nesta semana está conversando com líderes partidários para avaliar o que é possível negociar. "Temos que aprovar uma reforma que caiba dentro da condição política que o Congresso tem nesse momento", afirmou.

Arthur Maia revelou ainda cálculo do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, segundo o qual o governo já teria 275 votos. Porém, destacou: "Nós temos dois problemas: falta de voto e falta de tempo". Assim, as consultas que estão sendo feitas às lideranças podem atrasar ainda mais a tramitação, embora, de acordo com o relator, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), está decidido a colocar a reforma em pauta no dia 19: "Colocar em pauta é diferente de votar", destacou o relator.

Por isso, os trabalhadores precisam continuar mobilizados até enterrar de vez esta proposta. Venha para a Assembleia dia 15 debater a participação dos servidores do Judiciário catarinense!

Edital de Assembleia Geral do Sintrajusc

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 15 de fevereiro de 2018, quinta-feira, às 13 horas, no prédio das Varas do Trabalho (av. Beira-mar Norte) em Florianópolis, SC, com os seguintes pontos de pauta:

- 1- Informes Jurídicos;
- 2- Mobilização contra a reforma da Previdência e Greve no dia 19/2/2018.

Florianópolis, 6 de fevereiro de 2018
Diretoria Executiva do Sintrajusc

